

Relações entre trabalho, educação, gênero e migração.

Lidiane Bruno Sertório
lidianesertorio@hotmail.com¹

Miriam de Oliveira Santos
mirsantos@uol.com.br²

Resumo: Pesquisas recentes têm apontado para o aumento e importância das mulheres nos fluxos migratórios contemporâneos. Estas têm sido articuladoras de redes sociais na migração e muitas vezes são as “pioneiras” no movimento migratório familiar. Nota-se também um aumento significativo do trabalho remunerado feminino, e da participação delas nos estabelecimentos de ensino. O processo migratório funciona muitas vezes como um elemento fundamental para a rearticulação das relações familiares e de gênero, já que nas migrações campo/cidade frequentemente são as mulheres as primeiras a conseguir trabalho. Portanto o objetivo desse artigo é estabelecer as relações entre trabalho, educação, migração e gênero. Desejamos demonstrar também como os movimentos migratórios estão fortemente associados à mobilidade da força de trabalho. Os migrantes em busca de trabalho representam, na maioria das vezes, a principal parcela dos fluxos de população. O capital, mesmo na roupagem da acumulação flexível, permanece usufruindo a “*dupla mobilidade da força de trabalho*” (GAUDEMAR, 1977).

O tema da imigração estrangeira e da migração interna vem se afirmando como um dos mais relevantes das relações internacionais na atualidade, envolvendo as relações entre os estados nacionais, as repercussões dos conflitos e crises econômicas internacionais e questões internas a cada país de integração de minorias à sociedade nacional. Nos estudos clássicos de migração, a questão de gênero não era problematizada.

O Brasil, tendo se construído historicamente como país de imigração, esteve durante algumas décadas relativamente fora do mapa das migrações internacionais, mas tal situação vem se modificando, posto que tanto imigrantes quanto candidatos a refúgio político vêm buscando se estabelecer no país, durante as últimas duas décadas. Isso dá margem a que o país compartilhe de algumas preocupações já presentes há algum tempo em países que também vêm passando por modificações como áreas de destino de imigrantes e refugiados.

¹ Graduanda em Pedagogia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Bolsista da FAPERJ no projeto de Iniciação Científica intitulado Trabalho, Migração e Gênero: Mulheres Migrantes em Nova Iguaçu.

² Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente é pesquisadora associada do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios e professora adjunta do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e do mestrado em Educação Agrícola da mesma universidade.

As migrações, mais do que simples processos de deslocamento espacial de populações, aparecem como questão política da maior relevância. Mesmo quando o trabalho destes migrantes é considerado necessário, estão em primeiro plano razões não econômicas para sua rejeição, como a intolerância à diversidade cultural, racial e étnica, o medo da criminalidade e, crescentemente, a preocupação com a favelização do município.

Ao examinar a questão da mulher nas migrações desejamos retirá-la do papel subordinado que geralmente desempenha em tais processos (é vista como aquela que acompanha o pai e/ou o marido jamais como sujeito da migração) e tentar entender suas aspirações e objetivos na migração/imigração. Nesse contexto é importante perceber que a migração não é resultado apenas de uma escolha racional, mas também de estratégias familiares nas quais homens e mulheres estão inseridos, contribuindo para rearranjos das relações familiares e de gênero.

É importante reconhecer que migrantes e imigrantes, mesmo de uma única origem ou nacionalidade, não formam grupos homogêneos, e sim diferenciados de acordo com os tecidos de relações interpessoais organizados ao seu redor. Isso significa que o ponto crucial para o sucesso ou fracasso da integração do imigrante na sociedade de destino; e até mesmo para a chegada à mesma; é a sua capacidade de inserir-se em redes formais ou informais de conterrâneos, parentes, ou agenciadores de mão-de-obra. Em outras palavras, trata-se da capacidade de manejar esse "recurso relacional" para obter informação, escolher destinos e itinerários, e inserir-se no mercado de trabalho.

Contexto Histórico

O município de Nova Iguaçu fica na região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, na área denominada Baixada Fluminense que é composta por 13 municípios. Nova Iguaçu é o maior município desta região, com 524,04 km². Sua população atual é de 830,902 habitantes, apresentando assim alta densidade demográfica (1.449,60 hab/km²). As mulheres somam 51,5% do total desses habitantes. Também nota-se que 57,6% são adultos, tendo um índice de alfabetização de 93% da população acima dos dez anos de idade. Nova Iguaçu ocupa o 45^a colocação no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano do Estado e é considerado de médio Desenvolvimento Humano. Conta hoje com

maior atividade no setor de serviços 77,88% , seguido da indústria, com 14,22% (dados do IBGE, 2005, In: Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu).

Historicamente, o município teve sinais de progresso em sua economia no final do século XIX e início do XX, quando se tornou a referência do estado na produção de laranjas. A citricultura chegou a seu ápice no município entre as décadas de 1920 e 1940. A proximidade com a metrópole, o transporte do produto pela via férrea além das boas condições de solo favoreceu a citricultura atraindo vastos investimentos para a região. Porém o crescimento foi interrompido com a queda nas exportações diante do início da Segunda Guerra Mundial, levando a economia ao declínio. A citricultura é atacada também pela debilidade no transporte, que já carecia de investimentos para sua melhora, além de dificuldades no armazenamento dos produtos e infestação de pragas que devastam plantações (Soares, 1964).

Assim, Nova Iguaçu que compreendia nove distritos experimenta um período de crise e fragmentação nas décadas finais do século passado. Entre seus distritos havia diferenças marcantes e regiões claramente independentes do poder central e cuja população se caracterizava como suburbana e estabelecendo relações de trabalho diário com a Metrópole do Rio. Desta forma nota-se a independência destas regiões, que hoje compõem os municípios da Baixada Fluminense.

A industrialização no Rio de Janeiro favoreceu muito mais a metrópole, com a instalação das sedes das grandes empresas na cidade do Rio, em detrimento de outras regiões. O município de Nova Iguaçu foi contemplado nesta época com investimentos no setor metalúrgico, elétrico e mecânico, mas tal fato não foi o suficiente para oferecer empregos a crescente população, que encontra na metrópole maiores oportunidades de trabalho. A região da Baixada passa então a ser periférica, estando mais voltada à economia da capital. O movimento migratório no país a partir de 1970 mostra que a capital fluminense se tornou muito atrativa para os imigrantes que buscavam melhores condições de vida e oportunidade de trabalho. Mas ao chegarem a Metrópole se deparavam com o problema do local não possuir capacidade suficiente para absorver essa população migrante. Muitos encontraram facilidade de moradia nas regiões hoje favelizadas da cidade, outros preferiram migrar para as áreas periféricas, e a Baixada Fluminense acolheu grande parte destes imigrantes. Este fato favorece a

chegada de pessoas de diversas regiões do estado e também do país que passam a residir na Baixada.³

Referencial Teórico

a) Gênero e redes sociais

Nesse trabalho entenderemos a migração como um processo mediado pelas chamadas redes sociais. As redes sociais podem ser consideradas as verdadeiras unidades da migração, uma vez que indivíduos e coletividades tomam suas decisões, planejam estratégias de movimento e travessia de fronteiras, encontram apoio em termos de moradia e trabalho e, finalmente, resistem aos controles anti-migração, através do apoio obtido nessas teias de relações sociais.

As redes sociais intermedeiam complexas interações não apenas entre migrantes, mas também entre não-migrante, ex-migrantes, e seus descendentes, ligados por vínculos de amizade, parentesco, experiência comum e transações comerciais. São estratégias duradouras que ajudam a compreender como a migração se sustenta o mesmo nas fases de intensificação dos controles. Formadas durante fases de políticas de expansão da imigração, ou de tolerância à imigração, cresceram e alcançaram até as pequenas cidades e áreas rurais de expulsão de emigrantes. Sua influência antecede, portanto o movimento migratório em si, já que condicionam a própria decisão de migrar.

Nesse sentido, o conceito de redes sociais permite fugir da velha dicotomia dos estudos migratórios (apontada em Povia Neto 1995) que contrapõe os enfoques individualistas, dentro da visão neoclássica do balanço entre "ganhos e perdas" da migração, ao enfoque estruturalista, isto é, a análise de "fatores de expulsão" e "fatores de atração" que desencadeiam a migração.

As redes sociais têm se mostrado cada vez mais importante para o sucesso do processo migratório. Quem sai quem fica ou quem acolhe, todos estão envolvidos numa rede social de relações muitas vezes pré-estabelecidas.

O uso de rede social é a forma correntemente utilizada para se obter um emprego. O grupo familiar, de parentesco e de amizade, em razão das relações

³ Dados obtidos através do site da prefeitura de Nova Iguaçu.

de reciprocidade, são os responsáveis pela integração do migrante na sociedade urbana, condicionando inclusive a carreira destes, uma vez que ela não é um processo independente da vida social mais ampla (DURHAM, 1984: 189). A migração, nesse aspecto, não significa necessariamente o afrouxamento das relações sociais, uma vez que o próprio processo desencadeia o fluxo de troca recíproca entre parentes e amigos (RIDLEY, 1979: 129). Apesar de a migração implicar referência de rupturas com a estrutura social anterior e a inserção em estruturas mais complexas, a mudança não pode ser concebida como um processo de desintegração familiar, mas sim, rearranjos das relações primárias (DURHAM, 1984: 189).

Os migrantes estabelecidos, geralmente, integram o recém-chegado ao mercado de trabalho ao qual se encontram afiliados. Através das relações com patrões, companheiros de serviço e outros conterrâneos, esses trabalhadores encontram facilidade de tornarem-se os principais agenciadores de empregos para os novos. A utilização de rede social para se obter um emprego está apoiada na história da relação existente entre o empregador e aquele que indica o empregado. Trata-se de um capital social (DEGENNE E FORSÉ, 1984) que propicia uma rede de contatos e informações sobre as vagas disponíveis, bem como de recomendações para onde, quando e como se obter um emprego.

Esse capital social é o resultado de uma estratégia fundamentada na relação entre o indicado, o indicador e o empregador. Nessa tríade, os interesses, apesar de serem diferenciados, são baseados numa reciprocidade de favores que reanima os códigos de confiança e funcionalidade dessa relação. O migrante estabelecido ao indicar o recém-chegado para o emprego, cumprindo uma de suas obrigações na rede de parentesco e amizade, tem como contrapartida o compromisso junto ao empregador de se responsabilizar e de socializar o novo migrante na rotina do trabalho.

Por seu turno, o trabalhador recomendado contrai dívida tanto com o empregador quanto com o migrante agenciador. Sua obrigação é de corresponder as expectativas, sendo um trabalhador dedicado e esforçado, de forma a (re)construir a imagem de um trabalhador idealizado, tanto sua como de quem o indicou. Esse trabalhador tem que seguir os padrões de conduta existentes nessa relação de trabalho, evitando atitudes tidas como desviantes, pois

comportamentos que se oponham às normas estabelecidas podem gerar tensões e mesmo rupturas nessa tríade.

O empregador, por ter ajudado o trabalhador, aceitando a recomendação, além de estar realizando um ato compensatório e de reconhecimento pelos serviços prestados pelo seu empregado, reconstrói e reforça sua posição de credor. Ele se beneficia do controle social e da orientação transmitida pelo indicador ao indicado, bem como da obrigação do novo trabalhador de ser motivo de orgulho para o migrante que o agenciou.

O ato de migrar pressupõe o abandono do espaço social de origem, exigindo a busca por trabalho e moradia. O trabalho e a residência para os migrantes, mais do que para os demais trabalhadores, têm uma estreita relação de dependência mútua (SAYAD,1992: 81). Apesar de a procura por trabalho ser a disposição central da migração, a questão da moradia não é de menor importância. O onde morar, e de que forma, transcreve-se intrinsecamente como preocupação para quem passa por um processo de descampesinação. O trabalhador descapitalizado para aquisição de residência própria ou mesmo locação, ao chegar no local de destino, geralmente se estabelece, provisoriamente, em razão das trocas recíprocas, na casa de parentes ou amigos. A precariedade da situação econômica e social vivenciada pelo acolhedor e o acolhido, como a falta de acomodação adequada, o aumento das despesas, o acréscimo das tarefas domésticas e a perda de privacidade, faz com que a acolhida se expresse pela provisoriedade, havendo a necessidade de se buscar um outro local para residir.

Pesquisas recentes têm apontado para o aumento e importância das mulheres nos fluxos migratórios contemporâneos. Estas têm sido articuladoras de redes sociais na migração e muitas vezes são as “pioneiras” no movimento migratório familiar, as mulheres além do pioneirismo e de ocupar um nicho do mercado de trabalho migrante mantêm a si, a família e os filhos.

Anthias(2000) ressalta que não se trata de reconhecer a importância proporcional das mulheres ou sua contribuição econômica e social, mas sim considerar o papel dos processos, do discurso, bem como as identidades de gênero, no processo de migração e estabelecimento na sociedade de destino.

Pesquisas recentes procuram compreender essa nova configuração ao demonstrar diferenças na inserção no mercado de trabalho: enquanto as

mulheres concentram-se, na área do serviço doméstico, os homens dirigem-se para o setor da construção civil e de restaurantes. Além de analisar essa inserção, os estudos começam a problematizar as mudanças nas relações familiares e de gênero.

O gênero é analisado como um princípio classificatório que atravessa o movimento migratório e que, juntamente com outras categorias como "classe", "geração" e "etnia", configura as oportunidades de mulheres e homens migrantes. O processo migratório funciona muitas vezes como um elemento fundamental para a rearticulação das relações familiares e de gênero.

b) Migrações Internas

Singer (1980) assinala que as migrações internas como qualquer outro fenômeno social são sempre historicamente condicionadas e o primeiro passo para estudá-las seria encontrar os limites dessa configuração histórica. Segundo esta proposta analítica:

(...) é o fluxo migratório originado por determinados fatores estruturais, que determinam o seu desdobramento no espaço e no tempo, o primeiro objeto de estudo.(...) A hipótese básica, no entanto, é que o fluxo determina os movimentos unitários e estes só podem ser compreendidos no quadro mais geral daqueles (SINGER, 1980:237).

Segundo Graham e Holanda Filho (1973) a migração interna no Brasil pode ser dividida em três períodos distintos, primeiro um momento de crescimento constante dos fluxos nas últimas décadas do século XIX até 1920. De 1920 a 1950 há um crescimento vertiginoso dos movimentos migratórios e a partir de 1960 um pequeno arrefecimento das taxas migratórias. Tais períodos aparecem alinhados com as principais mudanças na estrutura urbana e produtiva do país durante o século XX, isto é, a transição de uma economia agro-exportadora para a industrialização de substituição de importações e a consolidação da infraestrutura de produção e do parque tecnológico nacional.

Durante a década de 30 do século XX, o eixo Rio/São Paulo e os estados da Região Sul predominam como principais destinos migratórios, e o restante dos estados do leste e a parte meridional do Nordeste aparecem como cedentes de população. Tal quadro pouco se altera durante a década seguinte. Durante a

década de 50 registram-se as maiores taxas de migração interna da história do país, mantendo e aprofundando os movimentos que se desenhavam nas décadas anteriores. Em 1960 há uma inflexão da tendência observada nos trinta anos anteriores, quando as taxas de emigração passaram a apresentar declínio no Nordeste, mantendo os incrementos no Leste. Os efeitos da queda nos movimentos são sentidos em São Paulo e, principalmente, no Rio de Janeiro e Paraná. (GRAHAM e HOLANDA FILHO, 1973:741).

Apesar disso, até os anos 70, o estado do Rio de Janeiro se caracterizava como espaço de atração populacional. Junto com São Paulo, foi beneficiário das grandes transferências populacionais oriundas, sobretudo, do Nordeste, Espírito Santo e de Minas Gerais, num momento que o país atravessava uma quadra da história do seu desenvolvimento econômico marcado pela mudança no padrão de acumulação. Nesse momento, o modelo agrário-exportador perdeu importância para o modelo de substituição das importações. A indústria despontou como o principal propulsor da economia nacional, localizando-se especialmente na Região Sudeste, lançando mão da infra-estrutura de serviços especializados e das economias externas decorrentes da complementaridade entre os estabelecimentos industriais.

Até a década de 1980, a metrópole fluminense operava como área de atração em relação aos fluxos migratórios do interior do estado do Rio de Janeiro. A região Metropolitana do Rio de Janeiro concentrou historicamente o maior percentual da população do estado, bem como, a maior parcela das atividades econômicas nela estava localizada. Segundo os dados do Censo Demográfico de 1991, a migração vinda das demais regiões do estado tinha como destino preferencial a periferia da metrópole, aportando em maior volume nos municípios da baixada fluminense, de maneira especial em Nova Iguaçu.

Os movimentos migratórios estão fortemente associados à mobilidade da força de trabalho. Os migrantes em busca de trabalho representam, na maioria das vezes, a principal parcela dos fluxos de população. O capital, mesmo na roupagem da acumulação flexível, permanece usufruindo a “*dupla mobilidade da força de trabalho*” (GAUDEMAR, 1977). Contudo, não é possível compreender o fenômeno migratório apenas através do viés econômico ou economicista, uma vez que esse aporte não permite dar conta de todos os processos associados à migração.

Mulheres migrantes em Nova Iguaçu: Trabalho e Educação

A cidade de Nova Iguaçu possui uma população estimada em 920.568 habitantes, e cerca de 53,71% são mulheres migrantes. E segundo Araújo (2009) para se estudar a trajetória desses imigrantes que vivem na baixada fluminense é importante registrar a história oral.

Assim a análise aqui proposta faz referência a um grupo de mulheres migrantes, com a faixa etária entre 40 e 76 anos de idade, que retornaram para a escola. No qual anteriormente migraram em função de acompanhar a família, o marido ou sozinhas por melhores oportunidades na vida. E através das entrevistas analisadas notou-se o quanto essas mulheres regressam para a instituição de ensino com grandes perspectivas de progresso e novas experiências. Elas aspiram que o curso traga melhores oportunidades em suas vidas, não só desejando qualificar-se profissionalmente para o mercado de trabalho, mas também obter novas vivências sociais pelos novos vínculos através da escola. Nos depoimentos as alunas relataram que ao ingressarem neste espaço, não sentiram preconceitos em relação a sua idade e forma de falar, mas declaram vínculos de amizade, como afirma Maria Regina, “Na escola eu fui muito bem recebida, ano passado só tinha eu de senhora. Era uma classe de adolescente e eu era a única senhora.” (sic)

Além de observar o sentimento de pertencimento que adquirem por meio da escola, pois ela sentem integrantes de algo e não como pessoas de fora. Até então essas migrantes: mulheres, donas de casa, esposas, trabalhadoras, etc., sentiam seus direitos desiguais socialmente em relação ao gênero masculino, mas naturalizavam essa desigualdade, é por meio da educação ocorre a possibilidade emancipação (Stromquist, 2006).

Mesmo que muitas alunas tenham enfrentado dificuldades ao retornarem a escola, tendo vontade de desistir, as relações sociais existentes, as incentivam em continuar. Como afirma Íris, aluna do 2º ano (curso normal):

Eu tenho enfrentado dificuldades sim, (...). Eu falo em sair da escola porque as vezes bate um desânimo né, bate uma tristeza, entendeu. As vezes você pensa que não vale a pena. Então quando eu comento com eles que vou sair da escola, meu Deus: Iris você é a nossa força, você que é o nosso sentido, você não pode

sair, se você sair isso desaba. Então isso emociona e reforça né. E reanima a continuar, mas tá ótimo (sic), maravilhoso.

Enfim, através dessas entrevistas foi possível identificar quanto é importante o papel da educação nas vidas dessas mulheres, verificando que o ensino para elas não se resume a um currículo formal, mas é visto como a oportunidade de resgatar o tempo perdido, os direitos que lhes foram retirados anteriormente e o seu direito de ser cidadã.

Referências

ANDERSON, M. *Elementos para a História da Família Ocidental, 1500-1914*. Lisboa: Editorial Quercus. 1984

ANTHIAS, Floya. "Metaphors of Home: Gendering New Migrations in Southern Europe". In: ANTHIAS, Floya, and LAZARIDIS, Gabriela. *Gender and Migration In: Southern Europe*. Oxford, New York: Berg, 2000. pp. 17-47.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. "Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional". *Revista Estudos Feministas*, vol.15, nº.3, Florianópolis Set./Dez. 2007

ARAÚJO, Mauricio Thomaz de. *Migrações na Baixada*. In Instituto de Pesquisas e análise Históricas e Ciências Sociais da Baixada Fluminense. São João de Meriti, 29 de abril de 2009. <http://www.ipahb.com.br/>

BECKER, Maria Schild. FABER, Paganoto. *Migração e Pobreza na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: uma leitura espacial da desigualdades na década de 1990*.

BILAC, Elisabete Dória. "Gênero, família e migrações internacionais". In: PATARRA, Neide (coord.) *Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo*. V.1, São Paulo: FNUAP, 1995.

CANDIA, G. "Les politiques sociales ao niveau local: le cas de la municipalité de Rome", *Migration Societé*, v. 10, n. 55, janvier / février, 1998, pp. 75-85.

CÂNDIDO, A. *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo, Duas Cidades, 1987

CASTRO, M. G. (org.), *Migrações internacionais: contribuições para políticas*. Brasília: CNPD,2001

COLBARI, Antonia. Familismo e ética do trabalho: o legado dos imigrantes italianos para a cultura brasileira. *Revista Brasileira de História*. ANPUH, Humanitas Publicações, vol17, n.34, p.53-74, 1997.

DURHAM, Eunice R. A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo. 3a. ed. São Paulo : Perspectiva, 1984.

FERREIRA, A.P. *O Migrante na Rede do Outro*. Rio de Janeiro, Te Corá, 1999.

FIGUEIREDO, Maria Aparecida. Gênese e reprodução do Espaço da Baixada Fluminense. In: *Revista Geo-Paisagem*, ano 3 nº5. Janeiro/Junho de 2004.

FONTES, Paulo. *Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966)*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

GARCIA JR., Afrânio R. *Sul: Caminho do Roçado*. São Paulo, Marco Zero, 1990.

GAUDEMAR, Jean Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GEERTZ, C. *Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, Guanabara/Koogan, 1989.

GIDDENS, A. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo, UNESP, 1991.

GRAHAM, Douglas H. e HOLANDA FILHO, Sergio Buarque de. As migrações inter-regionais e urbanas e o crescimento econômico do Brasil. In: MOURA, H. (org.). *Migração Interna: Textos Selecionados*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. 1980. V.2. p. 733-778.

KERTZER, David I. and BARBAGLI, Marzio (eds). *The History of the European Family*, 2 vols. New Haven and London: Yale University Press, 2001.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem*. A origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1987

LAGO, L. "Os instrumentos da Reforma Urbana e o ideal de cidadania: as contradições em curso". *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 6, n. 2, 2004, p. 27-34

LAVINAS, L. "Gênero, Cidadania e Políticas Urbanas". In *Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana*. São Paulo, Civilização Brasileira, 1997

LEVI, G. "Family and Kinds - a few thoughts". *Journal of Family History*, v.15, n.4, p.567-578. 1990.

MARAFON, Gláucio José, RIBEIRO, Miguel Angelo, SILVA, Cláudia Maria Arantes, SILVA, Eduardo Sol Oliveira da, LIMA, Marcos Rodrigues Ornelas de. *Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Gramma, 2005.

MARTINS, José de Souza. *A imigração e a crise no Brasil agrário*. São Paulo: Pioneira, 1973.

MEILLASSOUX, Claude. *Mulheres, celeiros e capitais*. Porto, Edições Afrontamentos, 1976.

MÍGUEZ, E. "Microhistoria, redes sociales e historia de las migraciones: ideas sugestivas e fuentes parkas". In: M. Bjerg e H. Otero (Ed.). *Inmigración y redes sociales en la Argentina Moderna*. Tandil (Argentina): Centro de Estudios Migratorios latinoamericanos (CEMLA), 1995. pp.23-34

MORALES, Lúcia Arrais. A feira de São Cristóvão: um estudo de identidade regional. 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal Do Rio de Janeiro, 1993.

POVOA NETO, H., "Migration and labour mobility in contemporary Brazil: new challenges for analysis", *The European Geographer*, n. 9. 1995

POVOA NETO, H. e FERREIRA, A. P. (org). *Cruzando Fronteiras Disciplinares. Um Panorama dos Estudos Migratórios*, Rio de Janeiro, Ed. Revan, 2005

RAMELLA, F. "Por un uso fuerte del concepto de red en los estudios migratorios", In M. Bjerg, H. Otero (org.), *Inmigración y redes sociales en la Argentina moderna*. Buenos Aires: Centro de Estudios Migratorios Latinoamericanos, 1995, pp. 9-21.

SCHERER-WARREN, I. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993

SEYFERTH, G.; POVOA NETO, H.; ZANINI, M. C. , SANTOS, M.O. (orgs.) *Mundos em Movimento – Ensaios sobre Migrações*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2007.

STROMQUIST, Nelly P. Una Cartografía social del género en educación. In *Educación Social*, Campinas, vol 27, n 95. P 361-383, mai/ago-2006: Disponível em [http:// www.cedes.unicamp](http://www.cedes.unicamp).

SINGER, Paul. "Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo". In: MOURA, Hélio A. de *Migração Interna: textos escolhidos*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980.

TRUZZI, Oswaldo. "Redes em processos migratórios" . *Tempo Social*, revista de sociologia da USP, v. 20, n. 1, http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial_2/pdf/vol20n1/v20n1a09.pdf

TRUZZI, O. e SCOTT, A. S. V. *Redes migratórias: revisão conceitual e uma aplicação*. 30º Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu: ANPOCS, 2006.